

SANTA MARIA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NIRE: 32300035141

CNPJ: 24.594.263/0001-34

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Colatina - ES, 19 de março de 2024. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.164	227
Consumidores	5	189	216
Tributos correntes	6	-	2
Despesas pagas antecipadamente		10	8
Outros ativos circulantes		14	7
Total do circulante		1.377	460
Não circulante			
Imobilizado	7	1.487	1.503
Total do não circulante		1.487	1.503
Total do ativo		2.864	1.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	12	1.993	2.124
Custos operacionais	13	(928)	(909)
Custo com energia elétrica		(219)	(243)
Custo de operação		(709)	(666)
Lucro bruto		1.065	1.215
Despesas operacionais	13	(330)	(701)
Lucro operacional		735	514
Resultado financeiro	14	41	(47)
Receitas financeiras		85	35
Despesas financeiras		(44)	(82)
Lucro antes dos impostos		776	467
Impostos	15	(86)	(75)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(86)	(75)
Lucro líquido do exercício		690	392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		776	467
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Depreciação	7	61	60
Provisão para litígios	10	152	2
Variáveis nas contas de ativo circulante e não circulante			
Consumidores	5	27	(36)
Tributos correntes		2	(1)
Despesas pagas antecipadamente		(2)	(2)
Outros ativos circulantes		(7)	(1)
Variáveis nas contas de passivo circulante e não circulante			
Fornecedores		(4)	(17)
Obrigações sociais e trabalhistas	9	17	(1)
Tributos	6	6	37
Outros passivos circulantes		5	(2)
Caixa proveniente das atividades operacionais		1.033	506
Imposto de renda e contribuição social	15	(86)	(75)
Caixa líquido das atividades operacionais		947	431
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	7	(45)	(231)
Caixa líquido das atividades de investimento		(45)	(231)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Encargos sobre mútuos entre partes relacionadas	8	35	67
Amortização de mútuos entre partes relacionadas	8	-	(336)
Caixa líquido das atividades de financiamento		35	(269)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		937	(69)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		227	296
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.164	227
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		937	(69)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do exercício a deliberar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.452	-	-	(348)	-	1.104
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	392	392
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	348	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	19	-	-	(19)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	25	-	(25)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.452	19	25	-	-	1.496
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	690	690
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	35	-	-	(35)	-
Dividendos	-	-	-	-	(247)	(247)
Lucro do exercício a deliberar	-	-	-	408	(408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.452	54	25	408	-	1.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A ("SMG" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A principal atividade operacional da Companhia é a exploração técnica e comercial de instalações de geração e de transmissão de energia elétrica. Para a consecução de seus objetivos, a SMG pode realizar estudos, elaborar projeções, pesquisar, planejar, construir e operar instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, independente da fonte utilizada e das redes e subestações vinculadas à geração, necessárias à conexão ao sistema elétrico acessado. A Companhia foi constituída em 2016 com a finalidade de receber os ativos da atividade de geração de energia elétrica da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A ("ELFSM"), que, por força do disposto inciso II, do § 6º, do art. 4º, da Lei nº 9.074/1995, e conforme Despacho nº 1.227/2015-SGT/ANEEL, de 27 de abril de 2015, ficou impedida de exercer a atividade de geração de energia elétrica. Dessa forma, para promover a denominada desverticalização societária, nos termos do § 5º, do art. 4º, da Lei nº 9.074/1995, a ELFSM protocolou, sob o nº 48513.026108/2016-00, processo junto a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), que, por sua vez, anuiu ao pedido por meio do Despacho nº 086, de 13 de janeiro de 2017. A transferência dos ativos da atividade de geração de energia elétrica da ELFSM para a SMG se deu por meio de aporte de capital, representado pelo acervo líquido dessa atividade, com a consequente redução do capital da ELFSM e o cancelamento das ações ordinárias e preferenciais nominativas em montante equivalente aos ativos da atividade de geração transferidos a valor patrimonial contábil, bem como a entrega e transferência das ações de emissão da SMG, de propriedade da ELFSM, em pagamento aos acionistas, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui em operação comercial, três Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGH's, sendo: CGH Santa Maria, Despacho ANEEL nº 1.380, de 21 de maio de 2019; CGH Cachoeira da Onça, Despacho ANEEL nº 1.431, de 23 de maio de 2019; e CGH Cachoeira do Oito, Despacho ANEEL nº 1.027, de 09 de abril de 2020. Adicionalmente, por meio do Despacho ANEEL nº 915, de 27 de março de 2019, a Companhia obteve autorização para início da operação em teste da CGH Tabocas, e aguarda determinadas formalizações dos órgãos reguladores e fiscalizadores para obter a autorização para entrada em operação comercial.

2 Base de preparação

2.1 - Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse

resultado. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024. **2.2 - Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis. **2.3 - Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **2.4 - Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 - Redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida em contrapartida do resultado. **2.5.1 - Ativos financeiros e contratuais:** São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **2.5.2 - Ativos não financeiros:** A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia concluiu que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3 Informações materiais das políticas contábeis

As informações materiais das políticas contábeis adotadas pela Companhia se encontram descritas em detalhes nas notas explicativas próprias e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 - Adoção das IFRSs novas e revisadas:** **3.1.1 - IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1.2 - Novas normas emitidas e ainda não vigentes: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não continha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB alinhou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1. Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2022.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants	As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020.
Alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo "acordos de financiamento de fornecedores" não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores: (i) os termos e as condições dos acordos; (ii) o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos; (iii) o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento; e (iv) as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; e (v) informações sobre o risco de liquidez. As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	As alterações ao IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e leaseback que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e leaseback celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço. O saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim representado:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários à vista	53	20
Aplicações financeiras de curto prazo	1.111	207
Total	1.164	227

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 equivale em média a 99% do CDI. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. As aplicações financeiras são contratadas substancialmente com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado, e existe compromisso de recompra do CDB pelas instituições financeiras emissoras.

Continua»»»



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 12/04/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

Continuação SANTA MARIA ENERGÉTICA S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Consumidores

Os saldos de consumidores são reconhecidos pelo valor faturado e são provenientes dos contratos de comercialização de energia firmados. Os vencimentos são negociados livremente pelas partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita. Em virtude da inexistência de valores em atraso, e considerando ainda que os contratos de comercialização são firmados com parte relacionada, a Companhia não constitui, para os exercícios de 2023 e 2022, perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD").

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento faturado		
Comercial	189	216
Total	189	216

6 Tributos

6.1 - Tributos Correntes: Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é

permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Compensáveis		
Imposto de Renda - IRPJ	-	2
Total	-	2
Passivos a Recolher		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14	8
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	10	9
Programa de integração social - PIS	1	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	5	5
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	32	37
Instituto nacional de seguridade social - INSS	10	7
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	3	3
Impostos e contribuições retidos na fonte	1	-
Total	76	70

(c) **Pessoal:** A composição dos custos de pessoal está demonstrada a seguir:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	347	284
INSS	93	75
FGTS	27	22
Previdência privada	13	12
Outros benefícios	101	82
Total	581	475

(d) **Serviços de terceiros:** A composição das despesas com serviços de terceiros está demonstrada a seguir:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Consultoria - Partes relacionadas	45	39
Consultoria	46	42
Auditoria	7	-
Manutenção	-	73
Outros	13	32
Total	111	186

as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; (c) Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados, considerando suas respectivas características, como: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros				
(Circulante / Não circulante)	1.353	443	1.353	443
Custo Amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.164	227	1.164
Contas a receber de clientes e outros	2	189	216	189
Passivos financeiros				
(Circulante / Não circulante)	371	340	371	340
Custo amortizado				
Fornecedores	2	-	4	-
Mútuos com partes relacionadas	2	371	336	371

Movimentação

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Restituições	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Ativos Compensáveis						
Imposto de Renda - IRPJ	2	-	-	(2)	-	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	6	-	-	-	(6)
Total	2	6	-	(2)	-	(6)
Passivos a Recolher						
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	8	50	(38)	-	(6)	14
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	9	36	(35)	-	-	10
Programa de integração social - PIS	1	13	(13)	-	-	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	5	62	(62)	-	-	5
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	37	414	(419)	-	-	32
Instituto nacional de seguridade social - INSS	7	120	(117)	-	-	10
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	3	26	(26)	-	-	3
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	11	(10)	-	-	1
Total	70	732	(720)	-	(6)	76

14 Resultado financeiro

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Composição		
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	85	35
Total das receitas financeiras	85	35
Despesas financeiras		
Encargos sobre operações de mútuo	(43)	(80)
Outras despesas financeiras	(1)	(2)
Total das despesas financeiras	(44)	(82)
Resultado financeiro	41	(47)

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no regime do lucro presumido, considerando as seguintes premissas: (i) imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota de 15% e adicional de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 mil trimestralmente; e (ii) contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é a receita bruta auferida trimestralmente, acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia. A Companhia não possui imposto de renda e contribuição social diferidos. Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, calculados com base no regime do lucro presumido, são demonstrados como segue:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Composição		
Receita de operações com energia elétrica	2.465	2.661
Percentual de presunção do lucro	8%	8%
Lucro presumido	197	213
(+) Demais receitas e rendas	101	48
(-) Base de Cálculo	298	261
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	44	39
Base de cálculo do adicional do IRPJ	58	21
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	6	2
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	50	41
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	50	41
IRPJ e CSLL corrente	50	41
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	16,62%	15,80%

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentem saldo contábil equivalente ao valor justo são fundamentadas na semelhança significativa desses instrumentos com aqueles que seriam negociados no mercado. **16.2 - Gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é uma ferramenta fundamental no âmbito das práticas de Governança Corporativa, estando perfeitamente alinhado ao processo de planejamento dos objetivos estratégicos da Companhia. Esse enfoque proativo permite identificar, avaliar e responder de forma eficiente a eventos ou situações que possam representar ameaças para as estratégias planejadas do negócio. Os riscos, que são esses eventos ou situações indesejáveis, podem emergir de várias fontes, tais como incertezas econômicas, mudanças regulatórias, desastres naturais e falhas tecnológicas, entre outras. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos e, caso ocorram, minimizar seu impacto sobre o negócio. Para garantir a estabilidade da liquidez e rentabilidade da Companhia, são monitorados todos os riscos que possam comprometer seu desempenho. Nesse contexto, são recomendadas estratégias de proteção, como o uso de hedge, para mitigar os riscos associados a fatores como câmbio, juros e inflação, sempre em conformidade com as estratégias definidas. Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir: **16.2.1 - Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indicadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **16.2.2 - Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **• Contrapartes comerciais:** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todos os contratos de comercialização de energia eram firmados com parte relacionada. **• Instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. Adicionalmente, todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que possuem características de renda fixa, atrelados ao CDI e não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras. **16.2.3 - Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos e desconcentração de vencimentos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 1.111 (R\$ 207 em 2022).

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear e representa uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

Composição	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração - Imobilizado em serviço					
Terrenos		10	-	10	10
Reservatórios, barragens e adutoras	2,72%	954	(403)	551	526
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	53	(35)	18	18
Máquinas e equipamentos	3,05%	1.377	(469)	908	949
Total do imobilizado		2.394	(907)	1.487	1.503

nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões. **11.2 - Reservas de lucro:** As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Reserva legal (a)	54	19
Reserva de retenção de lucros (b)	25	25
Lucro do exercício a deliberar (c)	408	-
Total	487	44

(a) **Reserva legal:** constituída com 5% do lucro líquido do exercício, está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Do lucro líquido do exercício em 2023, a Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 35 (R\$19 em 2022) para a constituição de reserva legal. (b) **Reserva de retenção de lucros:** constituída para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, cuja destinação é submetida e aprovada nas assembleias gerais ordinárias. (c) **Lucro do exercício a deliberar:** com base na ICPC 08 (R1), corresponde a parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório calculado de acordo com o Estatuto Social da Companhia. **11.3 - Dividendos:** Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

A movimentação do imobilizado é apresentada como segue:

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Geração - Imobilizado em serviço				
Terrenos	10	-	-	10
Reservatórios, barragens e adutoras	526	45	(20)	551
Edificações, obras civis e benfeitorias	18	-	-	18
Máquinas e equipamentos	949	-	(41)	908
Total do imobilizado	1.503	45	(61)	1.487

(a) **Reserva legal:** constituída com 5% do lucro líquido do exercício, está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Do lucro líquido do exercício em 2023, a Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 35 (R\$19 em 2022) para a constituição de reserva legal. (b) **Reserva de retenção de lucros:** constituída para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, cuja destinação é submetida e aprovada nas assembleias gerais ordinárias. (c) **Lucro do exercício a deliberar:** com base na ICPC 08 (R1), corresponde a parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório calculado de acordo com o Estatuto Social da Companhia. **11.3 - Dividendos:** Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Base de Cálculo	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	690
(-) Constituição de reserva legal	(35)
(=) Lucro ajustado	655
Ações ordinárias (25% sobre o lucro ajustado)	164
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal do capital social)	83
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	247

A Companhia reconhece a proposta de distribuição de dividendos em suas demonstrações financeiras conforme a ICPC 08 (R1). Dessa forma, a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, por representar uma obrigação presente na data do balanço, é registrada no passivo da Companhia. Já a parcela que excede ao previsto legal ou estatutariamente, por não ser considerada uma obrigação presente na data do balanço, é mantida no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos acionistas em assembleia geral. Nos termos do art. 17, § 4º, da Lei nº 6.404/76, e artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe a distribuição de dividendos em igualdade de condições para as ações ON e PN, conforme demonstrado a seguir:

Provento	Valor	R\$ / Ação	PN
Dividendo mínimo obrigatório	247	0,17	0,17

As mutações dos contratos estão demonstradas conforme segue:

Composição	Taxa	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Santa Maria					
Participações S/A	Selic	371	-	-	336
Total		371	-	-	336

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

A Companhia reconhece a proposta de distribuição de dividendos em suas demonstrações financeiras conforme a ICPC 08 (R1). Dessa forma, a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, por representar uma obrigação presente na data do balanço, é registrada no passivo da Companhia. Já a parcela que excede ao previsto legal ou estatutariamente, por não ser considerada uma obrigação presente na data do balanço, é mantida no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos acionistas em assembleia geral. Nos termos do art. 17, § 4º, da Lei nº 6.404/76, e artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe a distribuição de dividendos em igualdade de condições para as ações ON e PN, conforme demonstrado a seguir:

Provento	Valor	R\$ / Ação	PN
Dividendo mínimo obrigatório	247	0,17	0,17

16 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros. Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem. **16.1 - Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo é mensurado com base em premissas que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue: (a) Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (b) Nível 2 - outras técnicas para

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	31/12/2023	Circulante	31/12/2022
Folha de pagamento líquida	12		8
Férias a pagar (incluindo encargos sociais)	32		19
Previdência privada	2		2
Consignações em favor de terceiros	1		1
Total	47	30	30

10 Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. **10.1 - Risco de perda provável:** A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir a perda estimada como provável para a única ação em curso movida contra a Companhia, como segue:

12 Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional se refere à receita oriunda da venda da energia elétrica gerada pela Companhia.

Receita operacional líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operações com energia elétrica - Partes relacionadas	2.465	2.658
Demais receitas e rendas	16	16
Total da receita operacional bruta	2.481	2.674
(-) Tributos sobre a receita		
PIS	(13)	(14)
COFINS	(61)	(66)
ICMS	(414)	(470)
Total dos tributos sobre a receita	(488)	(550)
Total da receita operacional líquida	1.993	2.124

17 Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Data de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Risco operacional	(a)	29/09/2024	2.296	2.223
Responsabilidade civil geral	(b)	29/09/2024	2.000	2.000
Responsabilidade civil de administradores e diretores		28/12/2024	20.000	-
Total			24.296	4.223

11 Patrimônio líquido

11.1 - Capital social: O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie / Classe	Quantidade	R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022
Ordinárias	964.575	966	964.575	966
Preferenciais	487.442	486	487.442	486
Total	1.452.017	1.452	1.452.017	1.452

13 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza de gastos	Ref.	Com energia elétrica	De operação	Despesas operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Custo de operação						
Pessoal	(c)	-	581	581	-	581
Materiais		-	54	54	-	54
Seguros		-	12	12	-	12</

»»» Continuação Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. Colatina - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com

essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências

de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;


- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2024

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ




Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 12/04/2024**
 Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
 Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

2249 SMG-BALANCO.pdf

Código do documento: 2249



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

12 abr 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 2249

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-04-12T04:19:55-03:00

12 abr 2024, 04:19:55 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-04-12T04:19:55-03:00

12 abr 2024, 04:19:55 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-04-12T04:19:55-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: ea26c375c0a3be70f613927c96cf9eb752d767a8068fd76528f45e11915b4ece

[SHA512]: 298e351bb66bc3d064fe7bad0e68298c39d2d544af578b90c64627160b3e9fdedd014a14bfce06569c086e558eacf2fd64dbbc2aa6a523c404993cd87bdc3efa

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB